



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

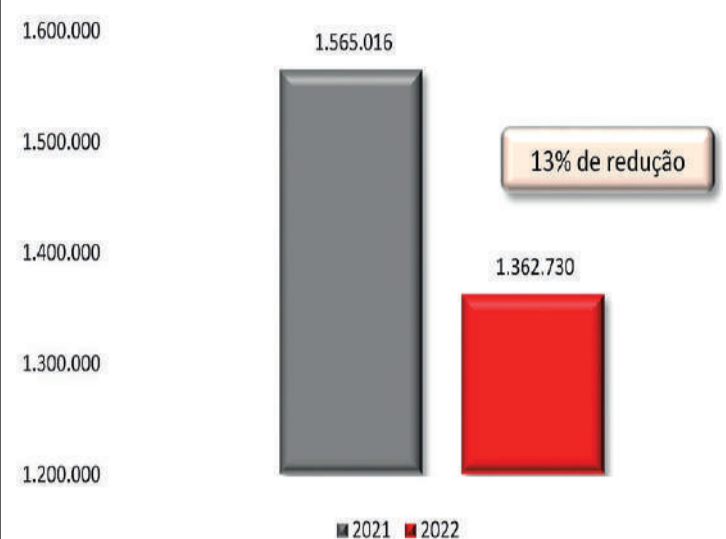
A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) obteve resultados significativos derivados da sua participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), mas inferiores ao exercício anterior, em função da redução no volume vendido, causado por variáveis externas. Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida SCP com a CBMM. Em relação à sua estrutura societária, em 31 de dezembro de 2022, a Codemig detinha 51% das ações da Codemig, o que lhe permitiu dar continuidade às ações de desenvolvimento econômico existentes em Minas Gerais, anteriormente conduzidas diretamente pela Codemig. Por sua vez, o Estado de Minas Gerais detinha os 49% restantes, fazendo jus ao recebimento de dividendos, fundamentais no atual contexto fiscal e pandêmico desafiador.

A Codemig aumentou seu resultado positivo em 2022, atingindo lucro líquido de **RS1,5 bilhão**. O principal motivo para a aumento de 17% do resultado de 2022, comparativamente a 2021, foi a redução das despesas administrativas, principalmente em função de eventos não recorrentes ocorridos em 2021. Contudo, cabe ressaltar o aumento do resultado financeiro em RS94 milhões.

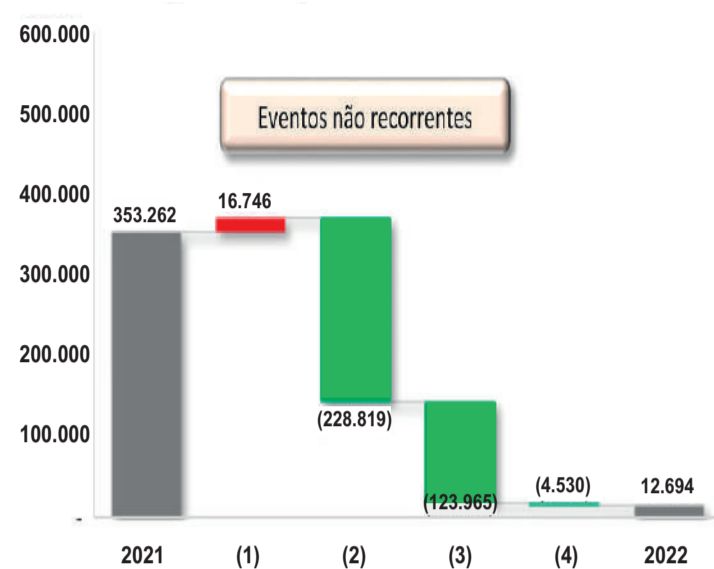
O **patrimônio líquido** da Codemig teve um acréscimo de RS32 milhões, derivado do aumento do lucro líquido. Em relação ao resultado de 2022, foi distribuído, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas, o montante de RS1,4 bilhão. Até a emissão dessas demonstrações, a Companhia já havia pago a integralidade dos dividendos e juros sobre capital próprio deliberados sobre o exercício de 2022.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, a Companhia distribuiu em dividendos e juros sobre capital próprio a seus acionistas o montante de **RS1,3 bilhão**, sendo RS642 milhões a seu acionista majoritário, a Codemig, e RS617 milhões ao Estado de Minas Gerais, seu outro acionista.



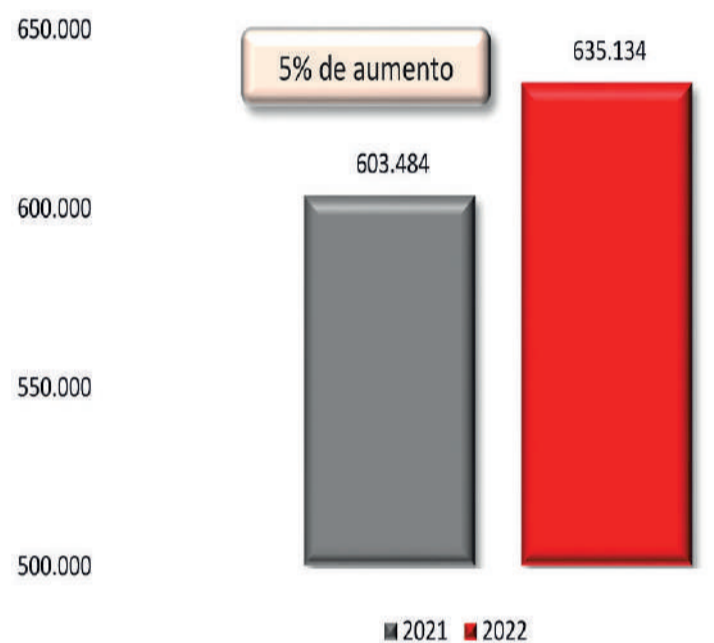
Evolução das Despesas Gerais e Administrativas



Para maior elucidação, o gráfico acima demonstra a redução das despesas conforme seus respectivos eventos, sendo eles:

- (1) Reversão em 2021 de provisão de contingências tributárias;
- (2) Provisão em 2021 para adequação de valor recuperável de complexo de ativos da Companhia em MG;
- (3) Provisão em 2021 para adequação de valor recuperável de terreno da Companhia em MG;
- (4) Outras despesas pulverizadas reduzidas em 2022.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

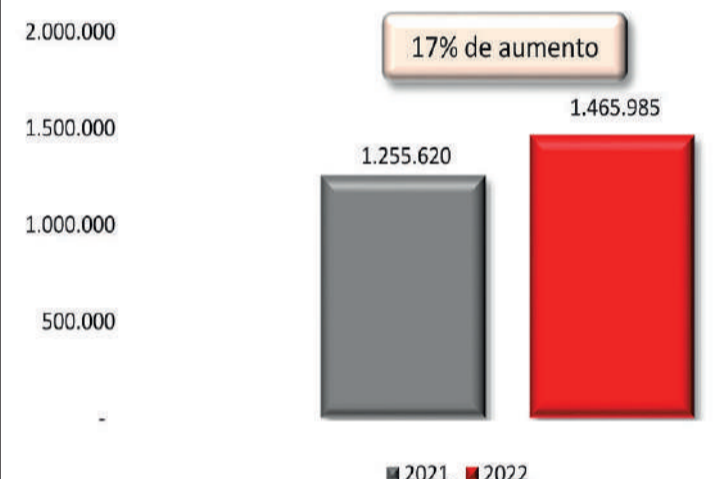


A Codemig atingiu, em 2022, receita líquida de **RS1,4 bilhão**. A redução da receita da Codemig deve-se, principalmente, ao impacto negativo no resultado da SCP, derivado da redução em 12% no volume das vendas, em função de variáveis externas, como o conflito entre Rússia e Ucrânia e a política zero covid na China.

A receita líquida recebida em 2022 pela Codemig foi 13% menor do que a de 2021 — em números absolutos, foram recebidos em torno de RS202 milhões a menos do que em 2021.

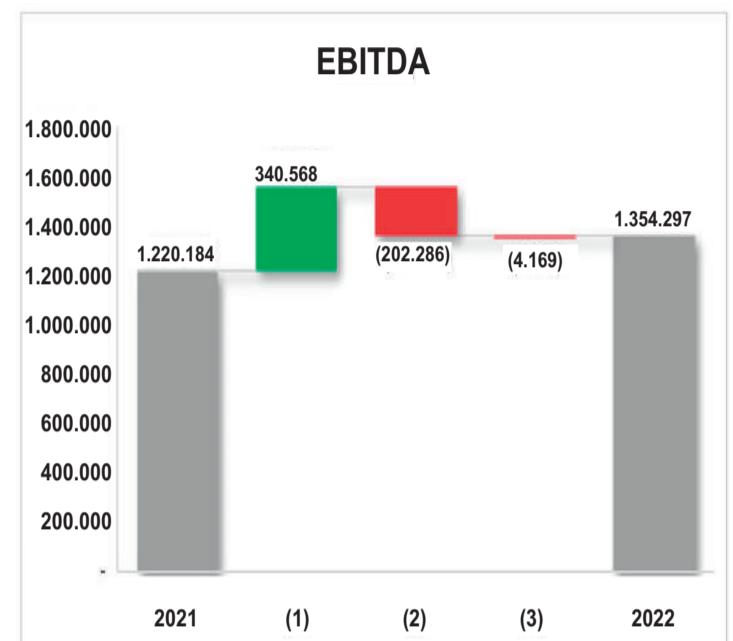
Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2022, foram registrados RS589 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2023. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2022, considerando o valor pago em janeiro de 2023 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou RS699 milhões no ano.

LUCRO LÍQUIDO



EBITDA

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.465.985	1.255.620
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	18.322	-
(-) Resultado financeiro positivo	(135.636)	(41.454)
(+) Depreciação e amortização	5.626	6.018
Ebitda - conforme ICVM 527	1.354.297	1.220.184



A variação positiva de 11% do Ebitda da Companhia, RS134 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Redução das despesas gerais e administrativas, principalmente em função de eventos não recorrentes registrados em 2021;
- (2) Redução da receita líquida do exercício de 2022;
- (3) Outros fatores de resultado líquidos.

Outras informações gerenciais sobre o andamento da Companhia e da sua controladora (Codemig) durante o exercício de 2022 poderão ser verificados na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemig 2022, o qual será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemig.com.br/a-codemig/relatorio-de-gestao/>).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	357.686	497.105	Contas a pagar	12	607.363	683.204
Títulos e valores mobiliários	6	911.268	498.257	Tributos a recolher	13	4.256	1.182
Contas a receber	7	212.289	141.808	Adiantamentos recebidos	15	19.207	30.942
Dividendos a receber	10	266	2.284	Partes relacionadas	9	340	662
Impostos e contribuições a recuperar	8	5.772	3.835	Dividendos e JCP a pagar	14	237.236	61.987
Partes relacionadas	9	-	31.644				
Total do ativo circulante		1.487.281	1.174.933	Total do passivo circulante		868.402	777.977
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	431.565	173.505	Contas a pagar	12	39.713	57.711
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.317	8.991	Adiantamentos recebidos	15	603.396	137.902
Partes relacionadas	9	24.757	12.385	Provisão para contingências	16	42.797	39.580
		457.639	194.881	Total do passivo não circulante		685.906	235.193
Investimentos	10	268	268	Total do passivo		1.554.308	1.013.170
Imobilizado	11	244.236	246.554	Patrimônio líquido	17		
Intangível		18	18	Capital social		10.260	10.260
		244.522	246.840	Reserva de capital		591.170	591.170
Total do ativo não circulante		702.161	441.721	Reservas de lucro		33.704	2.054
Total do ativo		2.189.442	1.616.654	Total do patrimônio líquido		635.134	603.484
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.189.442	1.616.654

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	10.260	591.170	2.052	383	-	603.865
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.255.620	1.255.620
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.255.620	1.255.620
Outras mutações no patrimônio líquido	-	-	-	(381)	(1.235.620)	(1.236.001)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	10.260	591.170	2.052	2	-	603.484
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.465.985	1.465.985
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.465.985	1.465.985
Outras mutações no patrimônio líquido	-	-	-	-	(1.396.335)	(1.396.335)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(38.000)	(38.000)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(31.650)	(31.650)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	10.260	591.170	2.052	31.652	-	635.134

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2022	2021		2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.465.985	1.255.620	Dividendos recebidos	1.026	2.843
Ajuste de			Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	1.365.197	1.637.712
Depreciação e amortização	5.626	6.018	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Reversão) / registro de perda por redução ao valor recuperável de ativos	(3.308)	349.194	Aporte em títulos e valores mobiliários	(622.619)	(277.137)
Registro da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.101	2.148	Resgate de títulos e valores mobiliários	374.182	281.870
Reversão de provisão para contingências	-	(319)	Fluxo de caixa líquido (aplicado) / originado das atividades de investimento	(248.437)	4.733
Receitas financeiras	(101.084)	(26.871)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Despesas financeiras	3.038	4.162	Juros sobre capital próprio pagos	(38.259)	(9.763)
Resultado com participações societárias	992	(2.284)	Dividendos pagos	(1.217.920)	(1.407.767)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	808	(9.079)	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.256.179)	(1.417.530)
Ajustes de capital de giro			(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(139.419)	224.915
Aumento de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata (nota 1(b))	(328.635)	(128.639)	Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	497.105	272.190
Aumento no contas a receber	(71.582)	(24.846)	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	357.686	497.105
Redução dos impostos e contribuições a recuperar	12.193	1.286	(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(139.419)	224.915
Redução de depósitos judiciais	-	24			
Redução de créditos com partes relacionadas	18.950	18.328			
(Redução) / aumento no contas a pagar	(93.839)	203.792			
Aumento / (redução) dos tributos a recolher	167	(434)			
Aumento / (redução) de adiantamento de clientes	453.759	(13.231)			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	2022	2021
Receita líquida	18	1.362.730	1.565.016
Lucro bruto		1.362.730	1.565.016
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(12.694)	(353.262)
Gastos com desenvolvimento	9	(67)	(161)
Resultado com participações societárias	10	(992)	2.284
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(306)	289
		(14.059)	(350.850)
Lucro antes do resultado financeiro		1.348.671	1.214.166
Receitas financeiras	20	138.772	46.072
Despesas financeiras	20	(3.136)	(4.618)
Resultado financeiro, líquido		135.636	41.454
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.484.307	1.255.620
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21	(18.322)	-
Lucro líquido do exercício		1.465.985	1.255.620
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	22		
Ordinárias		584,68	-
Preferenciais		7.540,13	6.958,92

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o resultado abrangente por ação

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.465.985	1.255.620
Total do resultado abrangente do exercício	1.465.985	1.255.620
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais		
	2022	2021
Receitas		
Receita SCP	1.360.488	1.562.920
Vendas brutas com arrendamentos e locações	2.470	2.310
Perdas Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - constituição	(1.101)	(2.148)
	1.361.857	1.563.082
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.462)	(8.325)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	4.396	(331.089)
Gastos com convênios	(67)	(161)
	(1.133)	(339.575)
Valor adicionado bruto	1.360.724	1.223.507
Depreciação e amortização	(5.626)	(6.018)
Valor adicionado líquido produzido	1.355.098	1.217.489
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos lucros de coligada	(992)	2.284
Receitas financeiras	145.540	48.325
Valor adicionado total a distribuir	1.499.646	1.268.098
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	(3.800)	(4.076)
Impostos, taxas e contribuições	(27.419)	(4.218)
Federais	(26.063)	(2.935)
Municipais	(1.356)	(1.283)
Juros e variações cambiais	(2.442)	(4.185)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(1.434.335)	(1.255.619)
Lucros retidos	(31.650)	-
Valor adicionado distribuído	(1.499.646)	(1.268.098)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sociedade Anônima de Capital Público

CNPJ/MF 19.791.581/0001-55

Belo Horizonte - MG

1. Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autoriza a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a CBMM (vide nota 1 (b) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo PPMG sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. A Administração do Grupo continua acompanhando os procedimentos no âmbito do TCE.

Além disso, em outubro de 2019 foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a desestatização da Companhia pelas modalidades de privatização, delegação, desinvestimentos ou parcerias. Tal projeto também autoriza o Estado a aplicar os recursos advindos da alienação no pagamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais. A Administração do Grupo está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do projeto de Lei 1.203/19. O envolvimento da Companhia no andamento do mesmo é de esclarecimento de dúvidas que por ventura o legislativo venha a apresentar.

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia; (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo da saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) de indústria criativa, esporte e turismo.

A Codemig está autorizada a atuar de forma à (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar arrendar, locar, doar e receber imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Estadual n.º 14.892/2003 e da Lei Estadual n.º 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresa privada dos setores minero siderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação e (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Embora tais atividades estejam descritas em seu Estatuto Social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemig, que possui objeto similar ao da Codemig, possui prioridade na execução das atividades elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

A Companhia, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira a Codemig, usualmente, recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 12.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2023 foram devolvidos à CBMM R\$588.719 para quitação do IR/CS da SCP de 2022 (R\$651.810 em janeiro 2022 referente ao IR/CS de 2021), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032, mantendo-se ainda a possibilidade de renovação.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig, foi aprovada pela Administração da Companhia em 17 de abril de 2023.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras, aqui apresentadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.4.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.5 e 2.6.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 “Ativo Imobilizado”:** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício;
- **Alteração ao IAS 37/CPC25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele;
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”:** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018;
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:**

(i) IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16/CPC 06 - “Arrendamentos” - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1/CPC 37 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41/CPC 29 - “Ativos Biológicos” - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não geraram impactos materiais para a Companhia.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022

(a) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em função do conflito entre Rússia e Ucrânia, as vendas da CBMM foram impactadas negativamente, o que implica na redução do resultado da SCP. A CBMM não tem expectativa de retomada das vendas impactadas até o fim das sanções econômicas estabelecidas e inclusive do provisionou para perda parcelas em conta de clientes provenientes desses países.

O conflito entre tais países ocasionou ainda uma recessão na Europa em função de uma crise energética ocasionada pela diminuição de fornecimento de gás anteriormente oferecido pela Rússia. Diante disso, houve um impacto no setor industrial europeu e consequentemente na SCP.

(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A pandemia de Covid-19 ainda gerou impactos significativos no resultado da Codemig durante o exercício de 2022 e, apesar da recuperação do mercado de nióbio, o resultado da SCP ainda é impactado por medidas de combate à pandemia como o lockdown implementado em 2022 na China.

2.3. Investimento

Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável, que por sua vez não foi identificada para os exercícios aqui apresentados.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

Coligada	Principal atividade	% participação	
		2022	2021
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51

2.4. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/ não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA ou Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(iii) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para outros clientes foi registrado um *impairment* de R\$ 1.101 no exercício de 2022 (R\$ 2.148 no exercício de 2021). Outros detalhes sobre o cálculo das estimativas estão na nota 2.6 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e aos reembolsos de despesas da Codemig com o Centro Cultural Presidente Itamar Franco acordados na cessão não onerosa da Sala Minas Gerais realizada para o Instituto Cultural Filarmônica.

(d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Prédios e benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil, esta é ajustada de forma prospectiva. Não houve alteração da vida útil para o exercício de 2022.

(e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Após avaliação pela Administração, não foram identificados intangíveis com vida útil indefinida no patrimônio da Companhia. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Em 2021, considerando a Política de desestatização e a mudança da sua diretriz de negócios, a Companhia contratou empresas especializadas para realizar a avaliação dos seus ativos, o que resultou na constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável, tendo sido registrado o valor de R\$ 349.194 classificado como provisão para perda por redução ao valor recuperável no grupo de “Despesas gerais e administrativas”, vide notas 11 e 19. Em 2022 não foram observadas evidências de novas perdas relacionadas ao valor dos ativos imobilizados.

(g) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa entre dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

(i) Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP, os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 18.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(i) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o IRPJ e CSLL pela modalidade do Lucro Real. Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para a União. A legislação aplicável ao cálculo dos tributos é aquela que está ou esteve em vigor na data da apuração dos valores a pagar ou a restituir pela Companhia.

(ii) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data das demonstrações financeiras. A Companhia apura, ao longo dos anos, sucessivos prejuízos fiscais e bases negativas. Considerando a estrutura societária da Companhia, a Administração não acredita em um cenário de reversão da situação fiscal presente no curto prazo. Por consequência, devido à baixa perspectiva de recuperabilidade dos ativos diferidos relacionados ao prejuízo fiscal, os mesmos não são reconhecidos contabilmente e nem apresentados nesta demonstração, ainda que controlados em livros fiscais.

(j) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

(k) Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.5. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.4 (f). Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados no exercício anterior por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas. Não foram necessários novos testes tendo em vista que não existem indicações de possíveis desvalorizações no exercício corrente.

2.6. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou lucro fiscal, e passou a contar com um prejuízo fiscal de R\$ 610.118 (R\$ 633.244 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa acumulada de R\$ 616.586 (R\$ 639.711 em 31 de dezembro de 2021). O lucro fiscal apurado foi em razão, exclusivamente, de um cenário econômico de taxa de juros elevada que influenciou nas receitas financeiras apuradas pela Companhia.

A Companhia, assim como nos anos anteriores, não tem perspectiva de alteração do recorrente cenário de prejuízo fiscal e base negativa em razão da estrutura societária da empresa.

Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal acumulado na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira, a Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico do contrato da SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e consequentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Contas a pagar	607.363	4.742	24.998	9.973
Adiantamentos recebidos	19.207	93.188	471.677	38.531
Dividendos e JCP a pagar	237.236	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021				
Contas a pagar	683.204	26.776	26.469	4.466
Adiantamentos recebidos	30.942	50.799	74.186	12.917
Dividendos e JCP a pagar	61.987	-	-	-

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivadas dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da Administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's)		
brAAA	194	366
brAA+	6	6
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	215	190
A(bra)	12	12
Caixa	2	2
Total caixa e banco conta movimento	429	576
Aplicações financeiras (Standard & Poor's)		
brAAA	255.313	435.729
brAA+	82.790	-
brA	10.246	19.835
brBBB	8.908	-
(Fitch Ratings)		
AAA(bra)	-	40.965
Demais aplicações (i)	5.061	-
Total certificados de depósitos bancários	357.257	496.529
Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL	357.686	497.105
Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's)		
brAAA	971.356	541.132
brAA+	88.010	75.635
brA	20.685	20.395
brA-	41.161	-
(Fitch Ratings)		
AAA(bra)	-	16.146
AA+(bra)	-	5.075
A(bra)	-	13.379
(Moody's)		
Ba2	5.061	-
BBB-(bra)	112.501	-
Demais aplicações (i)	104.060	-
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	1.342.833	671.762
TOTAL	1.700.519	1.168.867

(i) Saldo se refere à aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizada por meio da Corretora Órama, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, cujo investimento fora autorizado pela Diretoria Executiva. É um fundo com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços, e a rentabilidade apurada nos últimos 12 meses em 31 de dezembro de 2022 foi de 123% do CDI.

(c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2022, era de 13,75% a.a. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022, de 5,79% a.a. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

Ativo	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	Taxa / cotação esperada
Indexador CDI					
Aplicações financeiras	410.706	410.706	105%	13,75%	13,40%
Letras financeiras	453.907	453.907	119%	13,75%	13,40%
Debêntures	2.632	2.632	117%	13,75%	13,40%
Indexador IPCA					
Aplicações financeiras	35.681	35.681	226%	5,79%	5,33%
Debêntures	9.284	9.284	152%	5,79%	5,33%

Cenários

	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	57.146	71.433	85.719	42.860	28.573
Letras financeiras	66.549	83.186	99.824	49.912	33.275
Debêntures	412	515	618	309	206
IPCA					
Aplicações financeiras	1.901	2.376	2.852	1.426	951
Debêntures	495	619	743	371	248

(d) Risco cambial

A Companhia não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam a Companhia eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial não realizado.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

Ativo	2022	2021
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (nota 6(ii))	687.824	331.261
Total do ativo	687.824	331.261

- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

4. Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

Ativos	2022	2021
Custo amortizado		
Equivalentes de caixa	357.257	496.529
Títulos e valores mobiliários	655.009	340.501
Contas a receber	212.289	141.808
Dividendos a receber	266	2.284
Contas a receber com partes relacionadas	24.757	44.029
	1.249.578	1.025.151

VJR	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	687.824	331.261
	687.824	331.261

Total de instrumentos financeiros ativos	2022	2021
	1.937.402	1.356.412

Passivos	2022	2021
Custo amortizado		
Contas a pagar	647.076	740.915
Dividendos a pagar	237.236	61.987
Contas a pagar com partes relacionadas	340	662
Adiantamentos e cauções recebidas	622.603	168.844
	1.507.255	972.408

5. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e bancos conta movimento	429	576
Certificados de depósitos bancários – CDB	357.257	496.529
	357.686	497.105

Os CDBs da Companhia possuem taxa de remuneração média de 104,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data base destas demonstrações financeiras (105,31% em 31 de dezembro de 2021).

6. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
Aplicações financeiras em CDB (i)	95.003	67.804
Fundos de investimento (ii)	687.824	331.261
Letras financeiras (iii)	548.091	242.438
Debêntures (iv)	11.915	16.880
DPGE (v)	-	13.379
	1.342.833	671.762
Circulante	911.268	498.257
Não circulante	431.565	173.505
	1.342.833	671.762

(i) Aplicações financeiras em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 3 a 37 meses. A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a sua necessidade de liquidez e as oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração	Saldos aplicados em		
	2022	2021	2022	2021
CDI	104% e 114% a.a.	105,9% e 135% a.a.	53.449	67.804
Pré-fixado	12,85% e 13% a.a.	-	41.554	-
			95.003	67.804

(ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Em relação ao valor total de aplicações em fundos, 85%, ou seja, R\$587.763 possuem liquidez diária, indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O restante dos recursos então aplicados no fundo Ouro Preto FIC FIM CP destinado a investidores qualificados, com liquidez d+70 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 109,50% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2021 a rentabilidade foi de 115,35% do CDI.

(iii) As letras financeiras aplicadas pela Companhia são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração	Saldos aplicados em		
	2022	2021	2022	2021
CDI	106% e 162% a.a.	109% e 162% a.a.	324.210	119.577
	CDI+0,60 e	CDI+0,60 e		
CDI +	CDI+1,80	CDI+1,80	129.697	52.188
Pré-fixado	5,55% e 7,92%	3,94% e 7,92%	58.503	70.673
IPCA	7,25%	-	35.681	-
			548.091	242.438

(iv) Foram aplicados R\$ 15.438 em debêntures da Copasa e Cemig em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em julho de 2023 e fevereiro de 2025, respectivamente. Desse valor principal, R\$ 482 foram resgatados para complementar os juros da debenture, R\$ 111 da Copasa e R\$ 371 da Cemig, já que ainda não tinham completado o período, semestral e anual, no momento do resgate dos juros As debêntures da Copasa (CSMGB3) pagam juros (117% DI) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começaram a amortizar o principal em janeiro de 2022. Já as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1% a.a.) anualmente, sempre em fevereiro, e começaram a amortizar o principal em fevereiro de 2022.

(v) As aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE foram no montante de R\$ 12.000, sendo três aplicações de R\$ 4.000 com carência para abril de 2022 e remunerações de CDI+0,75% a.a., IPCA+3,17% a.a. e 120% do CDI. Todas as aplicações foram resgatadas em abril de 2022.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para contingências contabilizadas estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Contingências cível	36.835	34.758
Contingências tributárias	5.962	4.822
	<u>42.797</u>	<u>39.580</u>

A contingência cível, no valor de R\$36.835 (R\$34.758 em 31 de dezembro de 2021), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrada pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a Administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras há R\$ 120 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$ 109 em 31 de dezembro de 2021).

Ações relevantes avaliadas com perda remota

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas as esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A Administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 10.260 (R\$ 10.260 em 31 de dezembro de 2021). O capital social da Companhia é representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemge detém 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto que o acionista Estado de Minas Gerais detém 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

(b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de capital é de R\$ 591.170 (R\$ 591.170 em 31 de dezembro de 2021) e foi constituída integralmente por ação na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

d) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$ 2.052 (R\$ 2.052 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Retenção de lucros

Após a proposição de dividendos mínimos, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. O saldo ultrapassou o montante do capital social e será destinado em assembleia prevista para abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$31.650 (R\$2 em 31 de dezembro de 2021).

e) Dividendos preferenciais fixos

A distribuição prioritária de dividendos obedece aos § 4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social e ainda ao art. 203 e § 1º do art. 204 da Lei 6.404/76 (Lei das SA), em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A política de dividendos estabelece que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos prioritários, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal com dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria. Os dividendos preferenciais intercalares referentes ao resultado de 2022 apurado até o mês de dezembro foram mensurados em R\$ 1.360.488, sendo R\$ 1.276.420 deliberados pela Diretoria na data-base dessas demonstrações financeiras e R\$ 84.068 deliberados em janeiro de 2023.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.465.985	1.255.620
Constituição de Reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido disponível para dividendos	1.465.985	1.255.620
Resultado da sociedade em conta de participação do exercício (SCP) (25%)	1.360.488	1.562.920

Base para dividendos fixos preferenciais (Receita da SCP)

	1.360.488	1.255.620
--	-----------	-----------

Dividendos fixos preferenciais	1.322.488	1.235.620
Juros sobre o capital próprio	38.000	20.000
	<u>1.360.488</u>	<u>1.255.620</u>

Reserva de lucros distribuída às ações preferenciais

	-	381
--	---	-----

Total de proventos distribuídos aos acionistas preferenciais

	<u>1.360.488</u>	<u>1.256.001</u>
--	------------------	------------------

f) Dividendos ordinários

De acordo com o art. 10º do Estatuto Social é assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, em cada exercício, dividendos obrigatório de 70% (setenta por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento do dividendo prioritário aos detentores de ações preferenciais, dividendo obrigatório este que será atribuído proporcionalmente a cada ação ordinária.

Sendo assim, do lucro líquido do exercício de R\$1.465.985, deduzidos os R\$1.360.488 de dividendos preferenciais, foram provisionados R\$73.847 a título de dividendos ordinários conforme definido no Estatuto.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.465.985	1.255.620
Reserva legal (5%)	-	-
Dividendos prioritários distribuídos aos acionistas preferenciais	1.360.488	1.255.620

Base para distribuição de dividendos

	105.497	-
--	---------	---

Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro

	70%	70%
--	-----	-----

Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos

	73.847	-
--	--------	---

Total de dividendos distribuídos

	<u>1.434.335</u>	<u>-</u>
--	------------------	----------

g) Juros sobre o capital próprio

A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2022 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$38.000, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	2022	2021
Patrimônio Líquido	635.134	603.484
Lucro Líquido do exercício	1.465.985	1.255.620
Limite da TJLP sobre o Patrimônio Líquido Ajustado	40.928	30.182
Saldo do limite de 50% dos lucros do exercício	597.989	579.553

Juros sobre o capital próprio

	38.000	20.000
--	--------	--------

18. Receita

	2022	2021
Receita – SCP	1.360.488	1.562.920
Receita com arrendamentos e locações	2.470	2.310
Receita bruta	<u>1.362.958</u>	<u>1.565.230</u>
Impostos	(228)	(214)
Receita líquida	<u>1.362.730</u>	<u>1.565.016</u>

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

	2022	2021
Resultado da SCP	2022	2021
Receita bruta de vendas	11.078.684	11.509.777
Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço	(124.933)	(78.067)
Receita líquida de vendas	10.953.751	11.431.710
Custo de vendas	(2.109.989)	(1.644.185)
Margem bruta nas vendas	8.843.762	9.787.525
Despesas estruturais	(377.775)	(569.471)
Outras receitas operacionais	42.534	40.777
Lucro operacional	8.508.521	9.258.831
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	(438.292)	(205.486)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	8.070.229	9.053.345
Participação de 25% da Companhia	2.017.557	2.263.336
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	41.837	75.262
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	(588.719)	(651.810)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (i)	(16.723)	(5.819)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	(93.464)	(111.190)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(6.859)
Receita - SCP	1.360.488	1.562.920

(i) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 e 12).

19. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal (i)	(3.815)	(4.088)
Serviços de terceiros	(4.653)	(6.469)
Depreciação e amortização	(5.626)	(6.018)
Despesas tributárias	(1.357)	(1.283)
Reversão / (Perda) esperada de créditos de liquidação duvidosa	257	(2.148)
(Provisão) / Reversão contingências tributárias (ii)	(808)	15.938
Reversão / (Provisão) adequação valor recuperável (iii)	3.308	(349.194)
	<u>(12.694)</u>	<u>(353.262)</u>

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada. (ii) Em abril de 2021 o valor da provisão de contingência tributária da Companhia foi revertido em parte conforme recálculo da base do tributo. (iii) No ano de 2021, as provisões constituídas referem-se ao impairment registrado para o terreno Olhos D’Água no valor de R\$123.965 e para o terreno e prédio do Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF) no valor de R\$225.511. vide nota 11.

20. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia está relacionado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, principalmente em decorrência do caixa gerado pela SCP mantida em conjunto com a CBMM. Há ainda a receita de atualização monetária do saldo a receber da CBMM, referente ao resultado mensal da SCP e além disso, a atualização monetária do saldo de tributos a recuperar. As aplicações financeiras possuem como *benchmarks* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	2022	2021
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	129.919	39.545
Variação monetária ativa	8.850	6.526
Outras	3	1
	<u>138.772</u>	<u>46.072</u>
Despesas		
Perdas em aplicações e instrumentos financeiros	(33)	(424)
Variação monetária passiva	(2.409)	(3.760)
Outros	(694)	(434)
	<u>(3.136)</u>	<u>(4.618)</u>
	<u>135.636</u>	<u>41.454</u>

21. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.484.307	1.255.620
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(504.664)	(426.911)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	462.566	531.393
Exclusões /adições) permanentes e temporárias, líquidas	15.913	(104.224)
Ativo Diferido Não Registrado	-	(258)
Utilização de prejuízos fiscais	7.863	-
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	(18.322)	-
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>-1,23%</i>	<i>0,00%</i>

Em 31 de dezembro de 2022 a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 610.118 (R\$ 633.244 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa acumulada de R\$ 616.586 (R\$ 639.711 em 31 de dezembro de 2021).

Embora tenha sido reconhecido um lucro fiscal no exercício, a Administração julgou que esse impacto será transitório e que, dessa maneira, ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Esse julgamento foi realizado, levando em consideração a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

22. Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2022	2021
Lucro do exercício atribuível aos acionistas:	1.465.985	1.255.620
Ordinários	105.497	-
Preferenciais	1.360.488	1.255.620
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	180.435	180.435
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação	180.433	180.433
	<u>360.868</u>	<u>360.868</u>
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)	584,68	-
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em reais)	7.540,13	6.958,92

23. Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares

Em fevereiro de 2023, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de janeiro de 2023 no montante acumulado de R\$137.836. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$68.767, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$66.070. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também nos resultados de janeiro de 2023, no montante acumulado de R\$3.000. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.530, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.470. Os proventos foram totalmente pagos em março de 2023. Em março de 2023, foram deliberadas as distribuições de dividendos intercalares com base nos resultados de fevereiro de 2023 no montante acumulado de R\$149.682. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$74.808, enquanto que o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$71.874. Foram deliberados ainda juros sobre capital próprio com base também no resultado de fevereiro de 2023, no montante acumulado de R\$3.000. A Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito a R\$1.530, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$1.470. Os proventos foram totalmente pagos em abril de 2023.

Conselho de Administração

Diretoria	Responsável Técnico	Conselho de Administração
Thiago Coelho Toscano (presidente)	Henrique Martins Lourenço	Paulo Antônio Spencer Uebel (presidente)
Bruno Estéfano Teixeira	CRC MG 115905/O-6	Milton Nassau Ribeiro
Mateus Ayer Quintela		Marcus Leonardo Silberman
		Reynaldo Passanezi Filho
		Wagner de Freitas Oliveira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 19.791.581/0001-55
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1



BRDOCS

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode
ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/04/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicidade Legal** no portal
do **Jornal Estado de Minas**. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Balanco-Codemig-1-22-04-2023.pdf>

